



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Cândido Nóbrega

feira (24) o Programa Diálogo Público com gestores municipais

Mais Interior

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

Portal do Alan

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

Blog Alan Ribeiro

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

feira (24) o Programa Diálogo Público com gestores municipais

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, e o do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo Filho, vão abrir segunda-feira (24), às 9 horas, no Centro Cultural Ariano Suassuna, ambiente do TCE, o "Diálogo Público Paraíba". Trata-se de programa destinado a ouvir demandas, trocar experiências e buscar soluções para os desafios da administração pública enfrentados, diariamente, pelos municípios. Evento promovido pelo TCU em parceria com o TCE-PB.

O propósito é o da proximidade com as gestões municipais. É orientar, opinar e capacitar prefeitos, prefeitas e suas equipes, em benefício de ações eficientes, transparentes e úteis à sociedade. Uma das iniciativas do "Diálogo Público", ainda em fase de elaboração, será a certificação dos gestores municipais, também, por meio de cursos à distância, ao cabo dos quais poderão obter o selo de "Gestor Capacitado".

Voltado para o desenvolvimento e a transformação social, o "Diálogo Público", em sua versão paraibana, terá, às 10 horas, palestra magna do conselheiro César Miola (TCE-RS). Vice-presidente de Relações Político-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), ele discorrerá sobre "Atas de registro de preços: requisitos e precauções para adesão".

PAINÉIS - "Primeira Infância e Gestão Municipal: Caminhos para uma Política Intersetorial" será tema do primeiro painel de discussão coordenado pela diretora de Políticas Públicas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a advogada Marina Fragata Chicaro. Participarão das discussões o vice-presidente do TCE/PB, conselheiro André Carlo Torres Pontes" e o coordenador do Comitê de Primeira Infância da Atricon, conselheiro Edson José Ferrari (TCE-GO). Haverá, ainda, a participação da secretária de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável do TCU Vanessa Lopes de Lima.

O segundo painel começará às 14 horas e versará sobre "Obras Públicas: Execução, Fiscalização e Prestação de Contas". É tema de cuja discussão participarão a secretária de Controle Externo de Infraestrutura do TCU Keyla Araújo Boaventura, o gerente nacional e coordenador da Sala do PAC na Caixa Rodrigo Flores Gorski e o auditor federal do Controle Externo do TCU Evaldo Araújo Ramos.

O terceiro e último painel, sobre "Transferências Especiais, Desafios e Oportunidades", começará às 16 horas e terá as discussões a cargo do secretário adjunto de Relações Internacionais do TCU Waldemir Paulino Paschoiotto, da auditora chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do TCU Patrícia Coimbra Souza Neto, do auditor federal de Controle Externo do TCU Michel de Oliveira Bandeira, do auditor de Controle Externo do TCE/PB Luzemar da Costa Martins e do 1º vice-presidente da Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (Famup) André

Luiz Gomes de Araújo.

Antes da abertura do encontro, o ministro Vital do Rêgo e o conselheiro Fábio Nogueira receberão a imprensa, às 8h30, no Espaço Cidadania Digital, ambiente do Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado.

SERVIÇOS:

DIÁLOGO PÚBLICO PARAÍBA

Data: 24/3/2025

Horário: das 8h30 às 17h

Local: sede do TCE-PB

Mais informações: dialogopublico@tcu.gov.br ou (61) 3527-5831

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

Pedro Sales participa de audiência pública para apresentar modelo que colocará Goiás na "vanguarda do desenvolvimento" ao desburocratizar contratações e acelerar obras estratégicas para o setor produtivo

2 visualizações

Fotos: Silvano Vital

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, apresentou o modelo de gestão compartilhada de obras de infraestrutura durante audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta terça-feira (18/03). O novo modelo de contratação foi bem recebido pelos parlamentares durante a audiência.

Na agenda, que debateu a formalização de parceria entre Estado e o terceiro setor, Sales demonstrou como o modelo de contratação - baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC) - irá desburocratizar contratações e acelerar a execução da carteira de obras do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra).

Atualmente, a casa legislativa analisa e deve votar nos próximos dias o projeto de lei 165/25, que prevê a celebração de parceria entre o Estado e o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), representante do terceiro setor. O dispositivo dá à entidade a condição para executar as obras do Fundeinfra, em uma gestão compartilhada com a Goinfra e sob a fiscalização dos órgãos de controle.

"É um modelo corajoso, produzido para colocar Goiás na vanguarda do desenvolvimento. Vamos puxar o desenvolvimento para frente, de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", defendeu Pedro Sales. Ao consolidar parcerias com OSC, o Estado irá reduzir os prazos de contratações de quase um ano para 30 dias.

Apoio parlamentar

A proposta de gestão compartilhada de obras foi bem recebida pela maioria dos parlamentares. "Esse projeto foi concebido sob a luz de uma lei federal, o que nos dá segurança de aprovar com arcabouço jurídico. É um avanço no que se refere à celeridade e à eliminação da burocracia", pontuou o deputado estadual Issy Quinan.

Para o deputado Wagner Neto, o novo modelo proposto pelo Governo de Goiás é importante para o desenvolvimento do Estado, que "dará um salto com essa aprovação". "Vem para desburocratizar e é salutar. Se ficarmos na

morosidade que é a licitação, vamos demorar mais", disse.

O deputado Lincoln Tejota destaca que a inovação faz parte do processo legislativo. "Novas leis surgem de iniciativas como essa, que trazem segurança e agilidade para a administração pública. O poder público precisa se modernizar para atender à população no tempo que as pessoas precisam", declarou Tejota. "Dou meu apoio integral à iniciativa. Esses avanços simbolizam muito e precisamos aprovar logo essa matéria para colocar mais chão preto (asfalto) nas rodovias", reforçou Lucas Calil.

Chamamento público

Em paralelo à PL em tramitação na Assembleia, a Goinfra abriu um chamamento público, de abrangência nacional, para entidades que se interessem em se qualificar como Organizações de Sociedade Civil (OSCs) e pleiteiem adesão ao molde. "Apresentamos o Ifag porque é uma entidade que declarou o interesse em assumir obras. Por outro lado, precisamos que outras se apresentem para fomentar nosso plano para 2025", continuou o presidente.

No total, a carteira do Fundeinfra dispõe de 50 obras já aprovadas pelo Conselho Gestor do fundo. Desse número, mais de 20 já estão em estágios avançados de execução ou contratação pela Goinfra. "Esse novo modelo de gestão nos dá a possibilidade de ganhar tempo para realizar o máximo de obras com menor prazo, mantendo o rigor na contratação das empresas proponentes e com total fiscalização do Estado na aplicação dos recursos. É um processo que prevê critérios objetivos, realizado de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", ressaltou o presidente aos deputados.

Questionado por parlamentares sobre as bases legais da propositura, Pedro Sales ressaltou que o projeto em tramitação na Alego é fundamentado na lei federal 13.019/14. A legislação estabelece o regime jurídico de parcerias entre administrações públicas e organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, bem como determina a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) aprovou o projeto. Para o órgão, a medida se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente, com inspiração no Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil. O presidente da Goinfra informou que já existe um diálogo com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas do Ministério Público a respeito das bases jurídicas da medida.

"Temos aprovado pela procuradoria e controladoria um processo seletivo simplificado onde empresas participam com atestação de qualificação, experiência, saúde financeira. Então, não há direcionamento de empresas. Sobressai aquela que tiver os melhores números e comprovações necessárias", explicou Pedro Sales. "Estabelecemos espaço para a disputa de obras com base em dados objetivos, com critérios prévios e publicados."

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - Governo de Goiás

Notícias relacionadas:

Marfring tem 50 vagas de emprego para unidade de Mineiros

A Marfrig, líder global em produção de hambúrgueres e uma das maiores empresas de carne bovina do mundo, anuncia 50 vagas...

Kurujão inaugura tenda de apoio a romeiros da Festa do Divino Pai Eterno

O Grupo Kurujão vai marcar presença numa das maiores romarias do País: a Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade....

Sérgio Esquina62 lança Pré-candidatura a Vereador por Aparecida

O empresário Sérgio de Souza realizará, no dia 24 de junho (segunda-feira), o lançamento oficial de sua pré-campanha a...

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

Pedro Sales participa de audiência pública para apresentar modelo que colocará Goiás na "vanguarda do desenvolvimento" ao desburocratizar contratações e acelerar obras estratégicas para o setor produtivo

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, apresentou o modelo de gestão compartilhada de obras de infraestrutura durante audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta terça-feira (18/03). O novo modelo de contratação foi bem recebido pelos parlamentares durante a audiência.

Na agenda, que debateu a formalização de parceria entre Estado e o terceiro setor, Sales demonstrou como o modelo de contratação - baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC) - irá desburocratizar contratações e acelerar a execução da carteira de obras do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra).

Atualmente, a casa legislativa analisa e deve votar nos próximos dias o projeto de lei 165/25, que prevê a celebração de parceria entre o Estado e o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), representante do terceiro setor. O dispositivo dá à entidade a condição para executar as obras do Fundeinfra, em uma gestão compartilhada com a Goinfra e sob a fiscalização dos órgãos de controle.

"É um modelo corajoso, produzido para colocar Goiás na vanguarda do desenvolvimento. Vamos puxar o desenvolvimento para frente, de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", defendeu Pedro Sales. Ao consolidar parcerias com OSC, o Estado irá reduzir os prazos de contratações de quase um ano para 30 dias.

Apoio parlamentar

A proposta de gestão compartilhada de obras foi bem recebida pela maioria dos parlamentares. "Esse projeto foi concebido sob a luz de uma lei federal, o que nos dá segurança de aprovar com arcabouço jurídico. É um avanço no que se refere à celeridade e à eliminação da burocracia", pontuou o deputado estadual Issy Quinan.

Para o deputado Wagner Neto, o novo modelo proposto pelo Governo de Goiás é importante para o desenvolvimento do Estado, que "dará um salto com essa aprovação". "Vem para desburocratizar e é salutar. Se ficarmos na morosidade que é a licitação, vamos demorar mais", disse.

O deputado Lincoln Tejeta destaca que a inovação faz parte do processo legislativo. "Novas leis surgem de iniciativas como essa, que trazem segurança e agilidade para a administração pública. O poder público precisa se modernizar

para atender à população no tempo que as pessoas precisam", declarou Tejota. "Dou meu apoio integral à iniciativa. Esses avanços simbolizam muito e precisamos aprovar logo essa matéria para colocar mais chão preto (asfalto) nas rodovias", reforçou Lucas Calil.

Chamamento público

Em paralelo à PL em tramitação na Assembleia, a Goinfra abriu um chamamento público, de abrangência nacional, para entidades que se interessem em se qualificar como Organizações de Sociedade Civil (OSCs) e pleiteiem adesão ao molde. "Apresentamos o Ifag porque é uma entidade que declarou o interesse em assumir obras. Por outro lado, precisamos que outras se apresentem para fomentar nosso plano para 2025", continuou o presidente.

No total, a carteira do Fundeinfra dispõe de 50 obras já aprovadas pelo Conselho Gestor do fundo. Desse número, mais de 20 já estão em estágios avançados de execução ou contratação pela Goinfra. "Esse novo modelo de gestão nos dá a possibilidade de ganhar tempo para realizar o máximo de obras com menor prazo, mantendo o rigor na contratação das empresas proponentes e com total fiscalização do Estado na aplicação dos recursos. É um processo que prevê critérios objetivos, realizado de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", ressaltou o presidente aos deputados.

Questionado por parlamentares sobre as bases legais da propositura, Pedro Sales ressaltou que o projeto em tramitação na Alego é fundamentado na lei federal 13.019/14. A legislação estabelece o regime jurídico de parcerias entre administrações públicas e organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, bem como determina a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) aprovou o projeto. Para o órgão, a medida se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente, com inspiração no Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil. O presidente da Goinfra informou que já existe um diálogo com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas do Ministério Público a respeito das bases jurídicas da medida.

"Temos aprovado pela procuradoria e controladoria um processo seletivo simplificado onde empresas participam com atestação de qualificação, experiência, saúde financeira. Então, não há direcionamento de empresas. Sobressai aquela que tiver os melhores números e comprovações necessárias", explicou Pedro Sales. "Estabelecemos espaço para a disputa de obras com base em dados objetivos, com critérios prévios e publicados."

Foto: Silvano Vital

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - Governo de Goiás

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

Pedro Sales participa de audiência pública para apresentar modelo que colocará Goiás na "vanguarda do desenvolvimento" ao desburocratizar contratações e acelerar obras estratégicas para o setor produtivo

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, apresentou o modelo de gestão compartilhada de obras de infraestrutura durante audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta terça-feira (18/03). O novo modelo de contratação foi bem recebido pelos parlamentares durante a audiência.

Na agenda, que debateu a formalização de parceria entre Estado e o terceiro setor, Sales demonstrou como o modelo de contratação - baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC) - irá desburocratizar contratações e acelerar a execução da carteira de obras do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra).

Atualmente, a casa legislativa analisa e deve votar nos próximos dias o projeto de lei 165/25, que prevê a celebração de parceria entre o Estado e o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), representante do terceiro setor. O dispositivo dá à entidade a condição para executar as obras do Fundeinfra, em uma gestão compartilhada com a Goinfra e sob a fiscalização dos órgãos de controle.

"É um modelo corajoso, produzido para colocar Goiás na vanguarda do desenvolvimento. Vamos puxar o desenvolvimento para frente, de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", defendeu Pedro Sales. Ao consolidar parcerias com OSC, o Estado irá reduzir os prazos de contratações de quase um ano para 30 dias.

Apoio parlamentar

A proposta de gestão compartilhada de obras foi bem recebida pela maioria dos parlamentares. "Esse projeto foi concebido sob a luz de uma lei federal, o que nos dá segurança de aprovar com arcabouço jurídico. É um avanço no que se refere à celeridade e à eliminação da burocracia", pontuou o deputado estadual Issy Quinan.

Para o deputado Wagner Neto, o novo modelo proposto pelo Governo de Goiás é importante para o desenvolvimento do Estado, que "dará um salto com essa aprovação". "Vem para desburocratizar e é salutar. Se ficarmos na morosidade que é a licitação, vamos demorar mais", disse.

O deputado Lincoln Tejada destaca que a inovação faz parte do processo legislativo. "Novas leis surgem de iniciativas como essa, que trazem segurança e agilidade para a administração pública. O poder público precisa se modernizar

para atender à população no tempo que as pessoas precisam", declarou Tejota. "Dou meu apoio integral à iniciativa. Esses avanços simbolizam muito e precisamos aprovar logo essa matéria para colocar mais chão preto (asfalto) nas rodovias", reforçou Lucas Calil.

Chamamento público

Em paralelo à PL em tramitação na Assembleia, a Goinfra abriu um chamamento público, de abrangência nacional, para entidades que se interessem em se qualificar como Organizações de Sociedade Civil (OSCs) e pleiteiem adesão ao molde. "Apresentamos o Ifag porque é uma entidade que declarou o interesse em assumir obras. Por outro lado, precisamos que outras se apresentem para fomentar nosso plano para 2025", continuou o presidente.

No total, a carteira do Fundeinfra dispõe de 50 obras já aprovadas pelo Conselho Gestor do fundo. Desse número, mais de 20 já estão em estágios avançados de execução ou contratação pela Goinfra. "Esse novo modelo de gestão nos dá a possibilidade de ganhar tempo para realizar o máximo de obras com menor prazo, mantendo o rigor na contratação das empresas proponentes e com total fiscalização do Estado na aplicação dos recursos. É um processo que prevê critérios objetivos, realizado de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", ressaltou o presidente aos deputados.

Questionado por parlamentares sobre as bases legais da propositura, Pedro Sales ressaltou que o projeto em tramitação na Alego é fundamentado na lei federal 13.019/14. A legislação estabelece o regime jurídico de parcerias entre administrações públicas e organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, bem como determina a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) aprovou o projeto. Para o órgão, a medida se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente, com inspiração no Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil. O presidente da Goinfra informou que já existe um diálogo com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas do Ministério Público a respeito das bases jurídicas da medida.

"Temos aprovado pela procuradoria e controladoria um processo seletivo simplificado onde empresas participam com atestação de qualificação, experiência, saúde financeira. Então, não há direcionamento de empresas. Sobressai aquela que tiver os melhores números e comprovações necessárias", explicou Pedro Sales. "Estabelecemos espaço para a disputa de obras com base em dados objetivos, com critérios prévios e publicados."

Foto: Silvano Vital

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - Governo de Goiás

The post Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra first appeared on Blog do Alan Ribeiro.